

# Esforço concentrado terá que apreciar vinte vetos

*Andrei Meireles*

No último esforço concentrado desta legislatura, deputados e senadores reúnem-se, em Brasília, a partir da próxima terça-feira para deliberar sobre uma extensa pauta, que inclui de política salarial ao Orçamento da União para 1991. Só de vetos presidenciais são 20 em pauta — o mais polêmico, já rejeitado pela Câmara, é o que restringiu as conquistas para os segurados no Plano de Benefícios da Previdência Social. Sua apreciação se limitará ao Senado. Na pauta da Câmara, em caráter de urgência, outra proposta polêmica: a que define como crime de usura a cobrança de juros reais acima de 12 por cento ao ano. O Congresso, por determinação constitucional, encerra suas atividades no dia 15 de dezembro, mas, se até lá, não tiver deliberado sobre o Orçamento, o recesso parlamentar, a exemplo do que ocorreu em julho, será suspenso.

O presidente Fernando Collor assegurou aos líderes dos partidos governistas que não editará nenhuma Medida Provisória durante o recesso parlamentar para evitar a convocação extraordinária do Congresso, tida como politicamente indesejável, além de bastante onerosa. O cumprimento desse compromisso, porém, depende de uma solução definitiva para duas questões que, há meses, alimentam batalhas parlamentares entre



*Ibsen convocou as lideranças para uma reunião nesta terça-feira*

as oposições e o Governo — as políticas salarial e previdenciária.

## **Entendimento**

Tanto o Governo quanto as oposições defendem um entendimento em torno das questões mais polêmicas. Todas as tentativas, contudo, sempre barraram no veto da equipe econômica a medidas que

auumentem o déficit público e que reindexem os salários à inflação. Desta vez, a situação é politicamente diferente: as oposições saíram fortalecidas do segundo turno das eleições para governador e o presidente Collor, após uma série de manifestações de insatisfação de sua base parlamentar, dedicou-

se pessoalmente a contorná-las.

O deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB, já convocou para a próxima terça-feira uma reunião de todas as lideranças partidárias, quando, mais uma vez, colocará em discussão as questões mais polêmicas em tramitação no Legislativo. Os líderes governistas, antes de irem ao gabinete de Ibsen, vão se encontrar com o presidente Collor no Planalto, quando serão definidos os limites e as margens de negociação. Nos últimos dias, as principais lideranças governistas — os deputados Ricardo Fiúza e Amaral Netto, por exemplo — pregaram o entendimento com as oposições. Ibsen Pinheiro respondeu que seu partido está aberto às conversas, desde que o Governo não mantenha a postura de inflexibilidade de nada propor como alternativa aos projetos oposicionistas de política salarial.

As reuniões e negociações desta semana serão, no mínimo, um bom momento para se avaliar as lições extraídas das urnas pelo Governo e pelas oposições. Após o primeiro turno, Collor se sentiu vitorioso. No segundo turno, foi a vez das oposições se considerarem vencedoras. Renovado em mais de 60 por cento, o atual Congresso Nacional terá nos próximos dias a última oportunidade de deliberar sobre questões importantes, recuperando-se da pecha de omissão.

Josemar Gonçalves 15.03.88